



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 04/2021.**

**TERMO ADITIVO N. 01 AO CONTRATO Nº 04/2021**  
(evento [0709773](#))

**PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N. 0001693-59.2020.6.22.8000**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N. 38/2020**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 01/2021**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 04/2021 QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA CIRCUITOS ENGENHARIA LTDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA PARA A JUSTIÇA ELEITORAL DE RONDÔNIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA.**

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG 294.893/SSP-RO e do CPF 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa **CIRCUITOS ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 21.366.809/0001-01, com sede na Rua Veterano Manoel Avelino, nº 386, Jardim Nazle, Rio Branco – AC, CEP: 69.918-074, Telefone (s) : (68) 9 9213-9424 / (68) 2102-8947 / (68) 99204-8968/ (69) 2141-7351, E-mail: [erlande@circuitosengenharia.com.br](mailto:erlande@circuitosengenharia.com.br), [erlandesantos@gmail.com](mailto:erlandesantos@gmail.com); [naydson@circuitosengenharia.com.br](mailto:naydson@circuitosengenharia.com.br), neste ato representada pelo senhor **ERLANDE FEITOSA DOS SANTOS**, brasileiro, engenheiro eletricitista, portador da Cédula de Identidade RG 353518/SSP- AC, do CPF 817.412.272-91 e do Crea: 20651 D/AC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em conformidade com a Autorização constante na DECISÃO n. 1293/2021(evento [0743654](#)), de 28/09/2021, celebram, mediante acordo entre as partes, o presente Termo Aditivo, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**DO OBJETO**

**(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O presente Termo Aditivo tem por objeto **registrar o acréscimo contratual no percentual de 25%** (vinte cinco por cento) **sobre o valor do Contrato 04/2021**, correspondente ao valor de R\$ 1.394.470,44 (um milhão trezentos e noventa e quatro mil quatrocentos e setenta reais e quarenta e quatro centavos), em razão da estimativa dos serviços adicionais indicados na Informação nº 183/2021/SEMAP (evento [0738244](#)).

**DO VALOR**

**(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O presente termo aditivo é no **valor total estimado de 1.394.470,44 (um milhão, trezentos e noventa e quatro mil quatrocentos e setenta reais e quarenta e quatro centavos)**, que corresponde ao impacto do acréscimo contratual indicado na Cláusula anterior (25%).

**Subcláusula Primeira** – O valor total atualizado deste contrato, para fins de eventual cômputo do limite máximo de acréscimos e supressões permitidos legalmente (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 –Plenário), é de R\$ 5.577.881,76 (cinco milhões, quinhentos e setenta e sete mil oitocentos e oitenta e um reais e setenta e seis centavos).

**Subcláusula Segunda** - As despesas com a execução do presente aditivo serão suportadas mediante Nota de Empenho desta contratação, a ser reforçada, caso necessário.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**DA GARANTIA**

**(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Em decorrência do acréscimo indicado na Cláusula Primeira deste instrumento, a **CONTRATADA** deverá **apresentar à Administração do CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura deste termo aditivo, complemento da garantia contratual no valor de R\$ 69.723,52**( sessenta e nove mil setecentos e vinte e três reais e cinquenta e dois centavos), correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor total deste aditivo, observadas todas as condições, prazos e vigências constantes no contrato originário (Cláusula Sexta) e na legislação referida (art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93).

**DO FUNDAMENTO LEGAL**

**(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA QUARTA** - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no artigo 65, I, b e seu § 1º, ambos da Lei 8.666/93, c/c a Cláusula Décima, itens 10 e 44, assim como na Cláusula Décima Terceira, Subcláusula Segunda, todas do Contrato originário (acréscimo).

**DA RATIFICAÇÃO**

**CLÁUSULA QUINTA** - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Originário que não tenham sido alteradas pelos aditivos e pelas apostilas posteriores.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**DA PUBLICAÇÃO**

**(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA SEXTA** - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o Presente Termo Aditivo assinado através do Sistema Eletrônico de Informação - SEI, na presença das testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 09 de novembro de 2021.

<b>LIA MARIA ARAÚJO LOPES</b> Pelo Contratante	<b>ERLANDE FEITOSA DOS SANTOS</b> Pela Contratada
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha

**ANEXO I DO TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 04/2021/TRE-RO**

**HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO**

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos aditivos/apostilas:**

<b>Contrato/Aditivo/Apostila (Valores, objetos e datas de assinatura e de vigência)</b>	<b>Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila</b>	<b>Percentual de acréscimo/supressão já realizado(s)  (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)</b>
Contrato n. 04/2021 (assinado em 01/07/2021) – Volume VII do PA (evento <a href="#">0709773</a> )  Vigência de 12 meses, a contar da assinatura.  Valor: R\$ 5.577.881,76  Garantia: R\$ 278.894,09	R\$ 5.577.881,76	-
1º Termo Aditivo (assinado em __/11/2021) – Volume XII do PA (evento <a href="#">0759503</a> )  Acréscimo contratual de 25%.  Valor: R\$ 1.394.470,44  Garantia: R\$ 69.723,52	R\$ 1.394.470,44	25%

\*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

<b>VALOR ATUALIZADO DESTA CONTRATAÇÃO PARA FINS DE CÔMPUTO DE EVENTUAIS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.</b>	R\$ 5.577.881,76
---	------------------



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 09/11/2021, às 16:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ERLANDE FEITOSA DOS SANTOS, Usuário Externo**, em 10/11/2021, às 15:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 10/11/2021, às 15:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 10/11/2021, às 15:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0759503** e o código CRC **2E11CB25**.

0001693-59.2020.6.22.8000

PROCESSO: 0001693-59.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SEMAP

ASSUNTO: **Alteração contratual - Acréscimo quantitativo no Contrato nº 4/2021** –Contratada: **CIRCUITOS ENGENHARIA LTDA** - serviços de engenharia consistente manutenção predial, preventiva e corretiva com fornecimento de materiais e mão de obra.

**PARECER JURÍDICO Nº 143 / 2021 - PRES/DG/AJDG**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo, no qual, após regular licitação, levou-se a cabo a contratação da sociedade empresária **CIRCUITOS ENGENHARIA LTDA**, para a prestação de serviços comuns de engenharia consistente em manutenções preditivas, preventivas e corretivas, e de reformas para manutenções prediais, com fornecimento de insumos e mão de obra, materializada no Contrato Administrativo nº 04/2021 ([0709773](#)).

**02.** O ajuste administrativo encontra-se em plena vigência, com termo final anotado em 01/07/2022, com possibilidade de prorrogação, conforme anotado na cláusula quarta do aludido contrato.

**03.** O acréscimo quantitativo ao valor do contrato foi noticiado nos autos pela Informação nº 183/2021 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0738244](#)), na qual o gestor da referida avença relata a necessidade do acréscimo de **25%** (vinte e cinco por cento) no valor inicial do contrato, correspondente ao valor de **R\$ 1.394.470,44 (um milhão, trezentos e noventa e quatro mil quatrocentos e setenta reais e quarenta e quatro centavos)**, para atender demandas deste Tribunal durante o período de vigência da contratação.

**04.** Prossegue a unidade em sua justificativa (item 8) que, para atender as demandas de Reformas e Manutenções nos Fóruns Eleitorais do interior do Estado somada as demandas de Edifícios SEDE pelo período remanescente do Contrato, o referido instrumento deverá ser aditado em **25% (R\$ 1.394.470,44 (um milhão, trezentos e noventa e quatro mil quatrocentos e setenta reais e quarenta e quatro centavos))** passando de **R\$ 5.577.881,76 (cinco milhões, quinhentos e setenta e sete mil oitocentos e oitenta e um reais e setenta e seis centavos)** para **R\$ 6.972.352,20 (seis milhões, novecentos e setenta e dois mil trezentos e cinquenta e dois reais e vinte centavos)**.

**05.** Assim, a unidade gestora (SEMAP) elenca em sua informação diversos serviços a serem executados em imóveis da Justiça Eleitoral na capital e interior do Estado, e ao final informa que caso seja autorizado o aditivo de acréscimo, não necessitará de prévio empenho, porquanto a execução do contrato se dá sob demanda.

**06.** Direcionado os autos a SAOFC, o titular da unidade, pelo Despacho nº 1634/2021 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0739406](#)),



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

dá prosseguimento ao procedimento de acréscimo contratual com o encaminhamento dos autos a SECONT, para a elaboração da minuta de aditivo contratual e a AJDG para a devida análise do instrumento.

**07.** Na sequência, a Seção de Contratos (SECONT) elaborou a Minuta de Termo Aditivo nº 1 ao Contrato nº 04/2021, com o registro do acréscimo pretendido ([0739686](#)).

**08.** Assim instruídos, vieram os autos para análise desta Assessoria Jurídica ([0739687](#)). **É o necessário relato.**

## **II – ANÁLISE JURÍDICA**

**09.** Preliminarmente, cumpre salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Destarte, à luz do Regulamento Interno do Corpo Administrativo deste Órgão (Resolução nº 06/, de 07/04/2015), incumbe a esta Assessoria Jurídica da Diretoria Geral prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito da administração, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativo.

**10.** A modificação do valor contratual em decorrência de alteração quantitativa do objeto do contrato é hipótese permitida nos termos do **artigo 65, inciso I, alínea “b” da Lei n. 8.666/93**.

**11.** Ademais, o **§ 1º, art. 65, da Lei 8.666/93** estabelece uma obrigação geral aos contratados, impondo a aceitação de acréscimos ou supressões de até **25%** (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato nas obras, serviços ou compras, nas mesmas condições contratuais. Veja-se:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as **devidas justificativas**, nos seguintes casos:

I – [...]

II – [...]

**§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**contrato**, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos. (Sem grifo no original)

**12.** Tendo como lastro a informação prestada pela SEMAP, unidade interessada e solicitante do acréscimo contratual (Informação nº 183/2021 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP-[0738244](#)), afiança-se que há nos autos a demonstração da necessidade de acrescer os serviços contratados para que todas as manutenções nos Fóruns Eleitorais do interior do Estado e demandas do Edifício sede pelo período remanescente do contrato sejam realizadas.

**13.** O valor do referido aditivo foi dimensionado **1.394.470,44 (um milhão, trezentos e noventa e quatro mil quatrocentos e setenta reais e quarenta e quatro centavos), correspondendo a 25%** (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, percentual limite imposto pelo § 1º do art. 65 da lei 8.666/93.

**14.** Assim sendo, não se observa óbice legal para a efetivação da modificação unilateral instrumentalizada na minuta de Termo Aditivo nº 1 ao Contrato 04/2021 ([0739686](#)). Frisa-se que instituto jurídico ora analisado é regulado na Cláusula Décima, itens 10 e 44, assim como na Cláusula Décima Terceira, Subcláusula Segunda, do instrumento contratual analisado, *ipsis litteris*:

**CLÁUSULA DÉCIMA** – Além de observar e cumprir preços, prazos, condições e as demais obrigações estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e anexos, obriga-se a contratada a:

(...)

**10.** Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, disponibilizando todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários e aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da Lei 8.666/93;

(...)

**44.** Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do Contratante, acréscimos ou supressões do objeto do contrato em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor estimado na Cláusula sexta, na forma do artigo 65, § 1 e 2º, da Lei 8.666/93;

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** – Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

(...)

**Subcláusula Segunda** – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da Carta-Contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**15.** Ainda, o Contrato nº 04/2021 ([0709773](#)) estabeleceu a obrigação de a Empresa oferecer garantia contratual, nos seguintes termos, *verbis*:

**CLÁUSULA SEXTA** – Para assegurar a plena execução deste Contrato e com fundamento nos termos do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93, a CONTRATADA deverá apresentar a GARANTIA no valor de **R\$ 278.894,09** (duzentos e setenta e oito mil oitocentos e noventa e quatro reais e nove centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total deste contrato.

(...)

**Subcláusula Terceira** – A garantia deverá ser renovada a cada prorrogação contratual e complementada a cada reajuste/repactuação, revisão, reequilíbrio econômico-financeiro ou acréscimo quantitativo do contrato.

**16.** A Corte de Contas orienta no sentido de que: “**Se o objeto for acrescido ou suprido, a garantia deve ser atualizada em igual proporção**” (Manual de Licitações e Contratos 4ª Edição, revista, atualizada e ampliada, página 739). Diz, ainda, as deliberações do TCU:

O agente público que deixa de exigir da contratada a prestação das garantias contratuais, conforme previsto no art. 56 da Lei n. 8.666/1993, responde pelos prejuízos decorrentes de sua omissão, bem como às penas previstas nos arts. 57 e 58 da Lei n. 8.443/92. **Acórdão 859/2006 Plenário (Sumário)**” (Grifou-se)

Mantenha atenta observação acerca da validade das garantias contratuais fornecidas pelos contratados, resguardando o direito da Administração caso necessite utilizá-las, em obediência ao art. 55, VI c/c art. 66, caput, da Lei n.8.666/1993. **Acórdão 265/2010 Plenário.** (Grifou-se)

Exija, como condição necessária a assinatura de contratos e termos de aditamento, de comprovação de que tenham sido prestadas as garantias previstas no instrumento convocatório, na forma do art. 56 da Lei n. 8.666/1993. **Acórdão 1573/2008 Plenário.** (Grifou-se)

**17.** Nessa linha, deverá a contratada ser **notificada** para apresentar complementação da garantia contratual apresentada inicialmente, no valor de **R\$ 69.723,52** (sessenta e nove mil setecentos e vinte e três reais e cinquenta e dois centavos), correspondente ao percentual 5% (cinco por cento) do novo patamar financeiro do contrato, dimensionada para a cobertura das obrigações, em cumprimento à obrigação imposta pelas cláusulas do ajuste acima citadas.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

18. Noutro giro, verifica-se que a Minuta SECONT (0739686), em análise formal dos seus termos, encontra-se em **conformidade** com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, **não havendo reparos a fazer nessa seara**, estando apto, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

### **III – CONCLUSÃO**

19. Diante ao exposto, considerando a previsão contratual do acréscimo e com suporte na informação da SEMAP, unidade gestora da contratação, justificado o acréscimo pretendido (0738244) - ademais balizado pelo **limite legal** permitido, e ainda, com a observação de que a execução do contrato se faz sob demanda, dispensando neste ato o prévio empenho do valor do acréscimo - entende esta Assessoria Jurídica que a Administração **poderá autorizá-lo com fulcro no art. 65, I, “b” e seu § 1º, ambos da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Décima, itens 10 e 44, assim como na Cláusula Décima Terceira, Subcláusula Segunda, do Contrato nº 04/2021.**

20. Ainda, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da minuta do Termo Aditivo juntado aos autos (0739686), no entanto, recomendamos a revisão de todo o texto do instrumentocantes de sua assinatura e publicação, visando corrigir possíveis erros redacionais no seu texto e na sua estrutura.

21. Por derradeiro, cumpre salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Destarte, à luz da Resolução TRE-RO n. 06/2015 (Regimento Interno do Corpo Administrativo), incumbe a esta unidade jurídica prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito deste Tribunal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

À consideração da unidade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 21/09/2021, às 16:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0741315** e o código CRC **926333BA**.

0001693-59.2020.6.22.8000

PROCESSO: 0001693-59.2020.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Manutenção Predial - SEMAP

ASSUNTO: **Alteração contratual - Acréscimo quantitativo ao Contrato nº 4/2021** –Contratada: **CIRCUITOS ENGENHARIA LTDA** - serviços de engenharia consistente manutenção predial, preventiva e corretiva com fornecimento de materiais e mão de obra.

**DESPACHO Nº 1293 / 2021 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo, no qual, após regular licitação, levou-se a cabo a contratação da sociedade empresária **CIRCUITOS ENGENHARIA LTDA**, para a prestação de serviços comuns de engenharia consistente em manutenções preditivas, preventivas e corretivas, e de reformas para manutenções prediais, com fornecimento de insumos e mão de obra, materializada no Contrato Administrativo nº 04/2021 ([0709773](#)), o qual se encontra em plena vigência até 1º/07/2022, com possibilidade de prorrogação, conforme anotado na cláusula quarta do aludido contrato.

Nos termos da Informação nº 1832/2021 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0738244](#)) a SEMAP noticia a necessidade, como medida de segurança de cobertura contratual, que o valor do Contrato n. 04/2021, seja acrescido para atender as demandas de Reformas e Manutenções nos Fóruns Eleitorais do interior do Estado somada às demandas de Edifícios SEDE pelo período remanescente da avença.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Informou ainda, que o valor do aludido Ajuste/acréscimo pretendido corresponde a R\$ 1.394.470,44 (um milhão, trezentos e noventa e quatro mil quatrocentos e setenta reais e quarenta e quatro centavos), representando 25 % (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, portanto, no limite estabelecido no art. 65, §1º cna Lei 8666/1993, concernente ao caso particular de reforma de edifício.

Por sua vez, a SAOFC encaminhou o pleito à SECONT para elaboração da Minuta de Termo Aditivo, bem como à AJDG para análise e emissão de parecer jurídico ([0739687](#)).

Na sequência, a SECONT elaborou a minuta do Termo Aditivo nº 1 ao Contrato nº 4/2021 para registro das alterações pretendidas ([0739686](#)).

Não se fez necessário juntada de demonstração de suporte orçamentário com prévio empenho para o incremento da despesa a ser executada tendo em vista tratar-se de um contrato para prestação de serviços de manutenção predial / Reforma sob demanda, assim, as demandas são liberadas para a execução da Contratada, conforme disponibilidade orçamentária e por consequente emissão do empenho para suportar a referida Ordem de Serviço.

Instada a se manifestar, a Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral opinou pela possibilidade de autorização do acréscimo pretendido, com fundamento no art. 65, inciso I, alínea “b” c/c o § 1º do mesmo artigo, da Lei nº 8.666/93, c/c a Cláusula Décima, itens 10 e 44, assim como na Cláusula Décima Terceira, Subcláusula Segunda, do Contrato nº 04/2021. Além disso, aprovou os termos da minuta do Primeiro Termo Aditivo juntada aos autos pelo evento [0739686](#), por estar em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93. Registrou, ainda, a imprescindibilidade da atualização da garantia contratual, exigência contida na Subcláusula Terceira da Cláusula Sexta do Contrato 04/2021 ([0709773](#)), já sistematizada pela minuta do termo aditivo carreado aos autos ([0739686](#)).

Por fim, a SAOFC manifestou-se favorável ao **acréscimo contratual de 25%** (vinte e cinco por cento) sobre o valor do Contrato Administrativo nº. 04/2021 ([0709773](#)) e pela atualização da garantia contratual ([0741946](#)).

Vieram os autos para apreciação nesta Diretoria-Geral.

Inicialmente, verifica-se que as justificativas apresentadas pela SEMAP são pertinentes, levando-se em conta o esclarecimento de que o pleiteado acréscimo visa atender as demandas de Reformas e



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Manutenções nos Fóruns Eleitorais do interior do Estado e demandas do Edifício SEDE, pelo período remanescente do Contrato, já iniciadas e que não podem ser interrompidas ou não finalizadas, fazendo-se necessário assim ajustar financeiramente a avença nos termos requeridos pela unidade demandante.

Registra-se, também, que há previsão na Cláusula Décima Terceira acerca da possibilidade de modificação unilateral para acréscimos e supressões do objeto nos limites estabelecidos no artigo 65 da Lei 8.666/93.

Ademais, é necessária a obediência ao **limite máximo no percentual de 50%** (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato, consoante disposto no §1º do art. 65 da Lei n. 8.666/93:

“Art. 65. Os contratos regidos por esta lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

Omissis

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

(...)

§1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, **no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.**”

Assim, não há óbice para o aditivo, levando-se em conta a necessidade justificada do acréscimo pretendido. O aditivo foi dimensionado em **1.394.470,44 (um milhão, trezentos e noventa e quatro mil quatrocentos e setenta reais e quarenta e quatro centavos)** o que representa 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, portanto, dentro do limite de 50% (cinquenta por cento) estabelecido na segunda parte do §1º do Art. 65 da Lei 8666/1993:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as **devidas justificativas**, nos seguintes casos:

I – [...]

II – [...]

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, **no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.** (Sem grifo no original)

Além disso, observa-se que o acréscimo pleiteado não altera o prazo de execução estabelecido no contrato, vez que solicitado



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

como medida de segurança de cobertura contratual, além de garantir a plena execução do objeto, tendo em vista que de acordo com as análises das unidades técnicas o saldo atual do Contrato já não mostra suficiente para atender a demanda em sua integralidade.

Por fim, no tocante à garantia contratual, o TCU orienta no sentido de que “se o objeto for acrescido ou suprido, a garantia deve ser atualizada em igual proporção”. Nessa linha, deverá a contratada ser notificada para apresentar nova garantia no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o novo patamar financeiro do contrato, dimensionada para a cobertura das obrigações, em cumprimento à obrigação imposta na Subcláusula Terceira da Cláusula Sexta do ajuste, conforme já sistematizado na Cláusula Terceira da minuta constante do evento [0739686](#).

Diante do exposto, com amparo na delegação de atribuições descrita no art. 1º, inciso II, da Portaria n. 66/2018/GP:

**a) autorizo o acréscimo contratual de 25%** (vinte e cinco por cento) sobre o valor do Contrato Administrativo nº. 04/2021 ([0709773](#)), firmado com a empresa **Circuitos Engenharia Ltda.**, inscrita no CNPJ sob o nº. 21.366.809/0001-01, com fundamento no [art. 65, I, “b” e seu § 1º, da Lei nº 8.666/93](#), combinado com a Cláusula Décima, itens 10 e 44, assim como na Cláusula Décima Terceira, Subcláusula Segunda, do Contrato Originário, conforme minuta do primeiro termo aditivo elaborada pela SECONT ([0739686](#));

**b) autorizo a atualização do valor do Contrato Administrativo nº. 04/2021 ([0709773](#))**, fixando seu novo valor em R\$ 5.577.881,76 (cinco milhões, quinhentos e setenta e sete mil oitocentos e oitenta e um reais e setenta e seis centavos); e

**c) determino a notificação da contratada para apresentar nova garantia contratual** no percentual de 5% (cinco por cento) do novo patamar financeiro do contrato, **no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do termo aditivo**, com validade durante a execução do Contrato, nos termos da Subcláusula Terceira da Cláusula Sexta do ajuste, já sistematizada pela minuta do termo aditivo carreado aos autos.

À SAOFC para continuidade.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 28/09/2021, às 17:08, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0743654** e o código CRC **A500E7EA**.